

O Rio de Janeiro da Primeira República e a imigração portuguesa: panorama histórico¹

Carla Mary S. Oliveira²

Historiadora, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba.
Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba.

RESUMO

O artigo traça um panorama da imigração portuguesa para o Rio de Janeiro entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, mostrando as relações entre a modernização da cidade e o afluxo de trabalhadores lusos à cidade, percebendo o *bota-abaixo* de Pereira Passos e as ações higienistas de Oswaldo Cruz como fatores que influíram decisivamente nas sociabilidades desses sujeitos, ao tornar o centro da cidade um palco da *Belle Époque* tropical, de inspiração totalmente haussmaniana, expulsando os cortiços e seus ocupantes para áreas então periféricas, como o bairro da Cidade Nova, criado a partir dos aterros sobre os mangues à oeste do Campo de Santana.

Palavras chave: Imigração Portuguesa; Rio de Janeiro; Primeira República.

ABSTRACT

*This paper traces a briefly panorama of Portuguese immigration to Rio de Janeiro between ends of 19th century and the first decades of 20th century, showing the relations between the city modernization and the Lusitanian workers arrival to the city, perceiving the *bota-abaixo* de Pereira Passos and the hygienists actions of Oswaldo Cruz as factors that influenced decisively the sociabilities of these people, when transforming the center of the city into a stage of the tropical Belle Époque, with a profoundly Haussmann inspiration, banishing the tenement houses and its occupants for peripheral areas, such as the quarter of Cidade Nova, servant from the fens' embankment on west of the Campo de Santana.*

Key-words: Portuguese Immigration; Rio de Janeiro; First Republic.

Rio de Janeiro, centro da cidade: Rua da Quitanda, esquina com Rua do Ouvidor, início da manhã de uma segunda-feira qualquer. A calçada fervilha com os ambulantes apregoando suas quinquilharias. O tráfego vai ficando mais intenso, a urbe vai se preparando para outra semana de trabalho, correrias, negócios...

A cena parece contemporânea. E pode também, ter acontecido nos primeiros dias da República no Brasil. O que poderia nos fazer diferenciar realidades tão distantes no tempo? Se fechássemos nossos olhos, que sons denunciariam a época que estamos a observar? O sotaque presente nas esquinas, com forte acento lusitano, talvez...

Cidade cheia de contradições, o Rio de Janeiro do início da Primeira República tinha, realmente, muito de português. Abria seus braços e o cais de seu porto para os imigrantes que fugiam da miséria na Europa, e mais especialmente para aqueles que deixavam para trás as margens do Tejo e do Douro. Foram tantos os portugueses que escolheram a cidade para viver que o Rio de Janeiro chegou a concentrar, na virada do século XIX para o século XX, bem mais da metade dos lusos que resolveram tentar a *fortuna* no Brasil, chegando este montante a decair para cerca de 40% dos portugueses residentes no país em 1920³.

Mas que cidade era o Rio das primeiras décadas da República? Podemos defini-la de várias formas: como o centro do poder oligárquico que se reinventava depois do fim da escravidão e da monarquia; como o núcleo urbano que concentrava praticamente a totalidade dos grandes investimentos econômicos do país; como um aglomerado de ruelas de traçado colonial e sobrados herdados do Império; como uma *babel tropical*, enfim.

Em outras palavras, a cidade do Rio de Janeiro tinha várias caras, o que a tornava um centro urbano extremamente peculiar na América Latina, pois conciliava o caos colonial com elementos da modernidade da *Belle Époque*.

Os primeiros 20 anos da República marcaram profundamente o cotidiano da antiga capital federal. José Murilo de Carvalho chega mesmo a considerar que a última década do século XIX se constituiu na fase mais turbulenta de sua história: “Grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que se gestavam há algum tempo, precipitaram-se com a mudança do regime político e lançaram a capital em febril agitação” (CARVALHO, 1999, p. 15).

Não se pode esquecer que essas grandes transformações que sacudiram o Rio de Janeiro no final do século XIX também lançaram seus tentáculos sobre a primeira década do século passado: a crise de desemprego e as conseqüências econômicas recessivas do Encilhamento⁴; a reurbanização da área central da cidade, com o *bota-abaixo* do prefeito Pereira Passos; as campanhas sanitaristas de Oswaldo Cruz, que levariam à Revolta da Vacina... Todos estes fatos históricos, cada um a seu modo, convulsionaram de forma marcante a cidade, deixando expostas suas mazelas sociais e a extrema desigualdade que sustentava a pujança da capital que se modernizava e ganhava ares de metrópole. Neste palco estavam também os imigrantes portugueses, (re)construindo sua identidade de estrangeiros numa nova terra e, por isso

mesmo, protagonizando os mais variados embates com a população local. Apesar de terem sido extremamente importantes para o crescimento econômico da cidade, os lusos – ou “galegos”⁵, como eram chamados pejorativamente – foram alvo de as mais diversas perseguições e preconceitos no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX.

O final do século XIX: a *invasão* dos portugueses

A *invasão* portuguesa sobre a cidade do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX não foi algo orquestrado previamente e, muito menos, um fato que teve raízes apenas na conjuntura brasileira. É claro que a cidade já possuía um *perfil lusitano* desde a instalação da Corte em 1808, quando até mesmo o falar local se alterou, ganhando os “sss” e seu chiado de acento luso, tal o número de portugueses que chegou, de chofre, ao porto carioca. O que dizer, então, das casas e prédios públicos construídos a partir de então, quase sempre remetendo ao estilo das edificações lisboetas ou portuenses?

No entanto, o grande impacto migratório lusitano sobre a cidade se deu especialmente nos primeiros vinte anos da República, coincidindo oportunamente com a demanda por braços que existia no Rio, já que a velha capital, agora federal, precisava urgentemente tornar-se moderna e adequada aos novos tempos republicanos.

Talvez o fato de ter sido um pólo de atração para os portugueses nos últimos quatorze anos da Colônia e nas primeiras décadas do Império justifique a predileção dos imigrantes lusos de *fin-de-siècle* pelo Rio de Janeiro. O que se pode afirmar é que os fatores que levaram tão elevado contingente à saída de Portugal estiveram, eminentemente, ligados à conjuntura interna daquele país.

Segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo (2001, p. 15-16), Portugal passava, desde meados do século XIX, por um profundo reordenamento econômico, baseado na implantação de relações de cunho capitalista no meio rural, privilegiando a instalação de grandes companhias para a exploração da agricultura comercial, aliada à introdução de uma extensa mecanização na produção, sob estímulo e beneplácito do Estado. Este contribuía para a instalação dessa nova conjuntura econômica através de inúmeras medidas legais que prejudicavam sobremaneira os pequenos proprietários rurais.

Para a portuguesa Miriam Halpern Pereira (1981, p. 7) foi esta distorção do desenvolvimento de um capitalismo dependente que promoveu o crescente aumento da emigração em Portugal. Já Eulália Lobo considera ainda que o estopim para a debandada foi a grande crise vinícola portuguesa de 1886-1888, que se concentrou ao norte daquele país. Desse modo, deixar as terras de Portugal tinha um novo e dramático significado a partir de então: “Esta [emigração] representava uma fuga à proletarização no país de origem, forçada pela crescente fragmentação e desaparecimento da pequena propriedade no norte” (LOBO, 2001, p. 16).

Além dessa conjuntura desfavorável em terras lusas, há de se considerar também o fato de que o Brasil “era visto no imaginário popular como terra de abundância e opor-



Fig. 1 – *O imigrante*, desenho de Raul Pederneiras, início do século XX.

Representação típica do imigrante português recém-chegado ao Rio de Janeiro em começos da República: as mãos calejadas e grossas, a barba por fazer, as botinas toscas pedindo engraxate. Na cintura, a larga faixa franjada, tecida pela mãe que ficara na aldeia. Na cabeça, o chapéu de feltro, com grandes abas recurvas. Sobre as costas, a trouxa remendada, trazendo os poucos pertences que cruzaram o Atlântico.

tunidades de enriquecimento” (LOBO, 2001, p. 16). Somando-se esta concepção de *Fortuna fácil* ao *perfil lusitano* do Rio de Janeiro, talvez se torne menos enigmática a preferência dos imigrantes portugueses pela cidade.

O certo é que os aventureiros d’além mar chegavam, aos borbotões, ao Cais Pharoux⁶. Depois, era preciso alugar-se, buscar uma ocupação. Sendo em sua grande maioria homens solteiros⁷, os portugueses que aportavam no Rio de Janeiro acabavam instalando-se por ali mesmo, no centro da cidade e suas cercanias, na Gamboa, na Saúde, no Castelo, e iam trabalhar, quase sempre, em funções que não necessitavam de qualificação prévia, como as de caixeiro⁸ ou estivador, empregos que tinham os serviços mais pesados e a mais baixa remuneração (MENEZES, 1996, p. 67-68). Se considerarmos que a maior parte destas primeiras levas de imigrantes que chegavam à cidade era constituída por camponeses que fugiam da proletarização e do serviço militar obrigatório em Portugal, pode-se compreender os motivos que os levavam a aceitar tão facilmente ocupações que, à época, tinham como principal característica uma exploração degradante do trabalhador.

As condições de trabalho destes imigrantes chegavam mesmo a impressionar os cronistas cariocas, especialmente João do Rio, que denunciava a situação sub-humana em que eram mantidos os operários lusos na ilha da Conceição, à entrada da Baía da Guanabara, labutando no embarque de carvão mineral e manganês em grandes cargueiros:

São quase todos portugueses e espanhóis, que chegam da aldeia, ingênuos. (...) Só têm um instinto: juntar dinheiro, a ambição voraz que os arrebeta de encontro às pedras inutilmente. (...) Não têm nervos, têm molas; não têm cérebros, têm músculos hipertrofiados.

(...)

Eles vieram de uma vida de geórgicas paupérrimas. Têm a saudade das vinhas, dos prados suaves, o pavor de voltar pobres (...). (BARRETO, 1999, p. 270)

O que é significativo, no caso dos imigrantes portugueses, é que desde os primeiros anos da República se associou ao grupo, especialmente no imaginário popular carioca⁹, a ideia de que eram trabalhadores ignorantes e iletrados¹⁰, que ou se matavam de tanto labutar como empregados subalternos na estiva ou no comércio – e por isso mesmo não prosperavam, por não possuir melhor qualificação profissional – ou enriqueciam através de meios não muito louváveis, ao explorar seus próprios conterrâneos e também os brasileiros como empregados ou como inquilinos, já que se acreditava, então, que a maior parte das habitações populares da cidade – incluindo-se aí cortiços, casas de cômodos e hospedarias – pertenciam a comerciantes lusitanos¹¹. Tal “perfil” se cristalizou exemplarmente na literatura realista de Aluísio Azevedo, no romance *O cortiço*, de 1890, onde afloram alguns dos estereótipos negativos atribuídos aos portugueses que moravam no Rio de Janeiro do início da República.

Para Vanessa Tavares Dias, em *O cortiço* “o ódio ao estrangeiro foi traduzido na figura do português materialista, explorador – que ora aproxima-se do colonizador (...), ora aparece como o imigrante desonesto – responsável por todos os problemas econômicos do país” (DIAS, 1996, p. 7). Entendo que a *visão negativa* sobre os portugueses que transparece em *O cortiço* nada mais é do que a tradução literária do antilusitanismo que grassava nas ruas do Rio de Janeiro desde antes mesmo do fim do Império. Tal sentimento se exacerbou grandemente a partir da fundação do jornal *O Jacobino*, em setembro de 1894, que passou a acusar, xenofobicamente, a imprensa carioca de ser financiada pelos comerciantes portugueses (LOBO, 2001, p. 27).

Mas que fator atraía, de modo contínuo, os portugueses para o Brasil, especialmente a partir de 1850? Para o português Joaquim da Costa Leite, teria sido elemento preponderante para tal fluxo a grande oferta de oportunidades no Brasil, tanto para jovens mancebos como para trabalhadores de mais idade:

Utilizando uma equivalência em libras (...) os salários no Rio de Janeiro podiam multiplicar por três ou quatro os salários portugueses. Mesmo considerando os gastos acrescidos de alojamento e alimentação, um trabalhador português que exercesse no Brasil a mesma profissão que tinha em Portugal podia, depois de pagas as suas despesas, obter uma poupança equivalente ao total do salário português. Essa elevada capacidade de poupança atraía muitos emigrantes portugueses, mesmo aqueles que, com trinta ou quarenta anos, dificilmente pensariam em mudar de profissão ou estabelecer seu próprio negócio. (LEITE, 2000, p. 187)

O certo é que muitos chegaram ao Rio em tal condição, ou seja, de tentar amealhar uma poupança considerável, que representasse ascensão social, no Brasil ou mesmo num possível retorno a Portugal. Mais certo ainda é que muitos tiveram sua sobrevivência condicionada pelo jogo de poderes políticos e interesses econômicos que se sedimentava na cidade na virada do século. O pior, contudo, estaria ainda por vir, com as marretas brandindo em unísono sobre os cortiços e habitações populares do centro da cidade, sob a regência do prefeito Pereira Passos (1902-1906) e beneplácito do presidente Rodrigues Alves.

Recriação dos espaços urbanos e exclusão social: o *bota-abaixo* de Pereira Passos

Talvez seja possível que uma das grandes características da civilização ocidental tenha sido a gradativa e contínua melhoria das condições de habitação disponíveis para o homem. Seria isto verdade realmente? Se hoje podemos constatar que populações gigantescas ainda convivem com condições deploráveis de moradia, não só no Ocidente, mas também no Oriente, que dizer então da cidade do Rio de Janeiro de um século atrás?

Se olhássemos para dentro de uma janela qualquer, numa noite escura qualquer, num dos muitos sobrados de fachada colonial do centro do Rio, por volta de 1900, teríamos

tanta certeza de estar num mundo “civilizado”? É possível mesmo que nos choquemos, hoje, com a descrição feita por João do Rio em uma de suas crônicas publicadas no jornal *Gazeta de Notícias* em 10 de junho de 1904, originalmente intitulada “O sono da miséria”:

(...) É perigoso entrar só nos covis horrendos, nos trágicos asilos da miséria. Iamos caminhando pela rua da Misericórdia, hesitantes ainda diante das lanternas com vidros vermelhos. (...) Havia casas de um pavimento só, de dois, de três; negras, fechadas, hermeticamente fechadas, pegadas umas às outras, fronteiras, confundindo a luz das lanternas e a sombra dos balcões. (...) Os prédios antigos pareciam ampararem-se mutuamente, com as fachadas esborcinadas, arrebentadas algumas. De repente uma porta abria, tragando, num som cavo, algum retardatário.

(...) No alto, o céu era misericordiosamente estrelado e uma doce tranqüilidade parecia escorrer do infinito.

- Há muitos desses covis espalhados pela cidade? - indagou o advogado, abotoando o mac-farlane¹².

- Em todas as zonas, meu caro.

- Em cinco noites, visitando-os depressa, informou o agente, V.S. não dá cabo deles. É por aqui, pela Gamboa, nas ruas centrais, nos bairros pobres. Só na Cidade Nova, que quantidade! Isso não contando com as casas particulares, em que moram vinte e mais pessoas, e não querendo falar das hospedarias só de gatunos, os ‘zungas’.

- ‘Zungas’? - fez o adido de legação, curioso.

- As hospedarias baratas têm esse nome... Dorme-se até por cem réis. Saiba V. S. que a vidinha dava para uma história.

Mas debaixo de uma das foices de luz, o delegado parara. Estancamos também.

O soldado bateu à porta com a mão espalmada. (...)

- Abra! É a polícia! Abra!

(...)

- Abra já! É o dr. Delegado! Abra já!

A porta abriu-se. Barafustamos na meia-luz de um corredor com areia no soalho. (...)

- É o proprietário? - indagou o delegado.

- Saiba V. S. que não. Sou o encarregado.

- Muita gente?

- Não há mais lugares.

(...)

- Mostre-nos isso! - fez a autoridade (...).

O encarregado, trêmulo, seguiu à frente, erguendo o castiçal. Abriu uma porta de ferro, fechou-a de novo, após a nossa passagem, e começamos a ver o rés-do-chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas¹³ com lençóis encardidos, em que dormiam de beíço aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbuda.

(...)

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava, e, parando num instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos, asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos.

(...) Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala das esteiras, em que se dorme por oitocentos réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo.

Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras atiradas ao soalho.

Os fregueses dormiam todos - uns de barriga para o ar, outros de costas, com o lábio no chão negro, outros de lado, recurvados como arcos de pipa. Estavam alguns vestidos. A maioria inteiramente nua, fizera dos andrajos travesseiros. Erguendo a vela, o encarregado explicava que ali o pessoal estava muito bem, e no palor¹⁴ em halo da luz que ele erguia, eu via pés disformes, mão de dedos recurvos, troncos suarentos, cabeças numa estranha lassidão - galeria trágica de cabeças embrutecidas, congestas, bufando de boca aberta... De vez em quando um braço erguia-se no espaço, tombava; faces, em que mais de perto o raio de luz batia, tinham tremores súbitos - e todos roncavam, afogados em sono. (BARRETO, 1999, p. 279-284)

Embora a degradação descrita por João do Rio chegue mesmo a parecer algo fictício, exagerado, podemos afirmar que essa era a realidade de boa parte dos que habitavam a zona central do Rio de Janeiro do início da República. As ruas de traçado colonial do centro da cidade escondiam um cotidiano difícil e caótico, bem distante dos ideais de modernidade advindos com o novo regime. Paulo Marins chega mesmo a afirmar que os prédios disponíveis para as classes populares “restringiam-se a obedecer às poucas exigências possíveis diante da pobreza” (MARINS, 1998, p. 139).

O certo é que os cortiços, casas de cômodos e hospedarias populares grassaram no centro de cidade desde o incremento das atividades portuárias no Rio, ainda no início do século XIX. A ocupação do espaço urbano se fez de forma desordenada, com construções precárias, que muitas vezes conciliavam à função de habitação também atividades comerciais. O “projeto” comum era o do sobrado longilíneo, com um armazém funcionando no andar térreo e com os andares superiores ocupados por moradias dos mais diversos tipos. Também eram comuns os casarões coloniais adaptados para abrigar várias famílias e/ ou homens solteiros, muitas vezes imigrantes.

O que mais admirava os viajantes estrangeiros que passavam pelo Rio no início da República, e mesmo os imigrantes que chegavam ao Cais Pharoux, era a convivência quase promíscua de casas comerciais, habitações de classe alta ou média e, também, cortiços, estalagens e casas de cômodos, especialmente no centro da cidade (MARINS, 1998, p. 137-139).

Nas palavras de Sandra Lauderdale Graham, “o centro da cidade cresceu sobre si mesmo” (GRAHAM, 1992, p. 39). Enquanto os bairros aristocráticos e arejados da Zona Sul se espalhavam pelas praias de Botafogo e Flamengo, buscando atingir as ondas de Copacabana com seus casarões *Art Nouveau*, a *patuleia* se comprimia nas áreas mais antigas da cidade, amontoando-se nas freguesias¹⁵ de Santo Antônio, Santana, Santa Rita e Glória. Carruagens luxuosas misturavam-se aos bondes, bacharéis de fraque e cartola a ambulantes descalços, casas de pasto a finas confeitarias: o centro do Rio se constituía numa verdadeira babel tropical. Tal aglomeração crescente na zona central preocupava o poder público desde o final do Império, e a República tomou para si a tarefa de *desinfetar e remodelar* o que deveria vir a tornar-se uma metrópole da modernidade.

Não causa estranheza, portanto, que as principais reformas urbanísticas de inspiração haussmanniana¹⁶ sofridas pela cidade tenham tido como palco especialmente a área mais densamente povoada do centro, delimitada pela Praça XV (antigo Largo do Paço), pelo Morro do Castelo, pelo Morro de Santo Antônio, pelo Largo de São Francisco e pelo Morro de São Bento. Ali, ricos e pobres conviviam diuturnamente, circulando em ruas estreitas que, em alguns casos, como o das ruas do Rosário e da Alfândega, chegavam a ter pouco menos de quatro metros de largura, de um lado a outro das soleiras das lojas (GRAHAM, 1992, p. 57).

Nicolau Sevcenko, em *Literatura como missão*, afirma que as transformações políticas e a modernização da cidade nas primeiras décadas do século XX foram vistas, pelos cronistas da época, como uma “regeneração”:

Muito cedo ficou evidente (...) o anacronismo da velha estrutura urbana do Rio de Janeiro diante das demandas dos novos tempos. O antigo cais não permitia que atracassem os navios de maior calado que predominavam então, obrigando a um sistema lento e dispendioso de transbordo. As ruelas estreitas, recurvas e em declive, típicas de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o terminal portuário, os troncos ferroviários e a rede de armazéns e estabelecimentos do comércio de atacado e varejo da cidade. (...) Era preciso pois findar com a imagem de cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade e pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim. (SEVCENKO, 1983, p. 28-29)

Não se pode esquecer que essas mudanças representavam também uma significativa alteração no cotidiano dos moradores de baixa renda do centro da cidade, ou seja, na vida de grande parte dos imigrantes lusos que moravam naquela área. A ordenação do espaço urbano significava também a imposição de um novo controle e de uma disciplina “de Estado” sobre as ruas, sobre os indivíduos, sobre o comportamento em público.

A livre circulação pelas ruas, o parar nas esquinas para olhar a vida passar, despreocupadamente, o conversar à porta dos armazéns e bares populares, condutas amplamente

franqueadas a qualquer um antes da instalação do novo *projeto civilizador* na cidade, passaram a ser associadas ao mundo da contravenção, à vadiagem: tornaram-se empecilhos para a modernidade.

Se considerarmos que a rua também tinha a função de *moradia complementar* para a grande massa dos moradores dos cortiços, hospedarias e casas de cômodos mal ventilados e escuros da Cidade Velha - que praticamente só os utilizavam como local de repouso noturno - que trabalhavam como ambulantes, caixeiros, estivadores ou mesmo apenas perambulando pelas ruas durante o dia, tendo essas mesmas ruas como espaço de socialização e vivência, imaginemos o impacto que sua “interdição” ao livre tráfego teve sobre estes contingentes¹⁷. As artérias do centro da cidade não se prestavam a tal papel: deveriam ser apenas espaço ou de trabalho, ou de política, ou de cultura elitizada¹⁸, especialmente após as reformas do “bota-abaixo”. Os pobres ou migraram para a Cidade Nova, indo encher os cortiços que lá surgiam sobre os aterros do Mangue, ou subiram os morros da área central, erguendo seus toscos casebres e criando as primeiras favelas da cidade: o *Zé Povo*¹⁹ se contrapunha ao *panóptico às avessas* do “Haussmann tropical”:

O espaço densamente povoado da Cidade Velha, formado por ruas estreitas, que do antigo cais avançavam para o Campo da Aclamação, entremeado de largos e pontilhado por becos, em pouco espaço de tempo cedeu lugar a quarteirões higiênicos e disciplinados, circundados por belas e largas avenidas, de fácil circulação. Este processo atingiu, de forma violenta, a população pobre que habitava o centro urbano, até então caracterizado pela perfeita conjugação entre os espaços destinados à moradia, ao trabalho e ao lazer.
(MENEZES, 1996, p. 32)

A insatisfação popular com as reformas haussmannianas de Pereira Passos e a limpeza sanitária de Oswaldo Cruz se manifestou de várias formas. Algumas violentas, como a Revolta da Vacina em 1904, outras no estilo bem debochado que marca, desde então, o jeito maroto do carioca. O sarcasmo popular se cristalizava preferencialmente na imprensa, e de um modo todo especial nas revistas semanais que circulavam na cidade, tais como *Fon-Fon!*, *Careta*, *O Malho* e *Revista da Semana*; além de jornais, como a *Gazeta de Notícias*. As charges sobre a violência da ação do poder público carioca sobre a vida privada dos habitantes do Rio de Janeiro, especialmente em sua área central, deram ensejo a críticas como essa.

Na verdade, o *bota-abaixo* representou não só um grande redimensionamento urbanístico da área central do Rio, mas - e principalmente - profundas mudanças também no mundo do trabalho. A configuração do espaço público da Cidade Velha permitia, até então, que os quase 50% da população carioca economicamente ativa que não tinham profissão definida sobrevivessem “de pequenos expedientes”, vendendo nas ruas peças de artesanato e de pequena manufatura ou quitutes caseiros. De certa forma, o universo em que transitavam estes trabalhadores deixou, repentinamente, de existir, e toda essa revira-

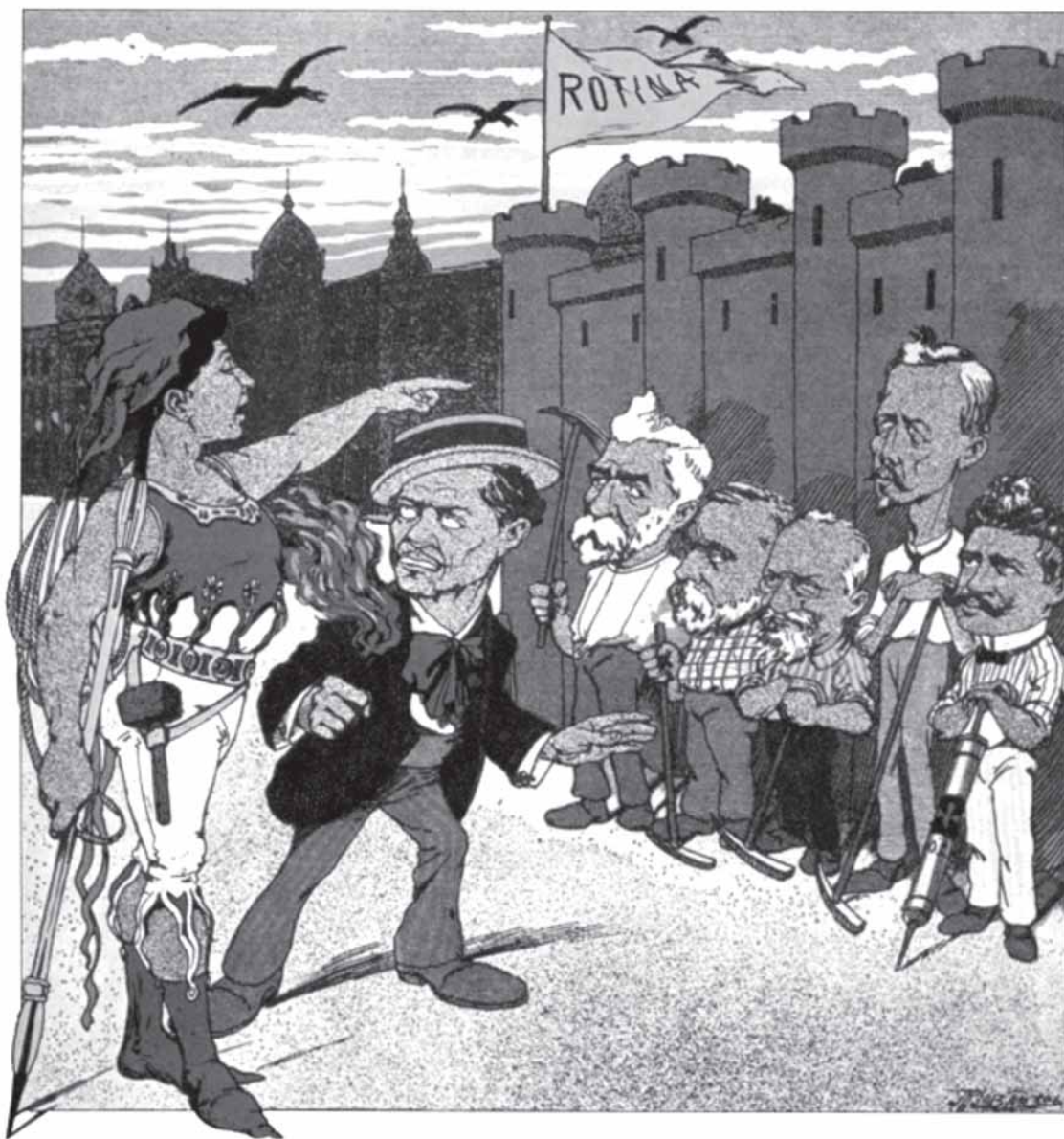


Fig. 2 – Charge publicada na capa da revista *O Malho* de 14 de julho de 1906, aludindo ao *bota-abaixo* de Pereira Passos (5° da direita p/ esquerda), à vacina obrigatória de Oswaldo Cruz (1° da direita p/ esquerda), e à anuência tácita do presidente da República, Rodrigues Alves (3° da direita p/ esquerda). Com o título de “O nosso 14 de julho”, *O Malho* - sugestivamente lembrando as personificações da liberdade associadas à Revolução Francesa - incita o Zé Povo:

“O MALHO (solemne, para Zé Povo) - Zé! Apontando-te a Bastilha da Rotina celebro da melhor forma possível a grande data da Revolução Franceza e a data do meu 2° [sic] centenário! Aquelles cinco cavouqueiros já demoliram muito, mas ainda ha muita cousa por fazer... Abaixo o resto do carrancismo!

Zé Povo - É commigo! Quero escolas! Quero casas para gente pobre! Quero um combate sem treguas contra a tuberculose! Toco fogo na cangica em tres tempos! Dinheiro haja! ...”.

volta provocada pelos “cavouqueiros” lançou sua poeira também sobre os imigrantes lusos que moravam e labutavam na cidade.

O mundo do trabalho no Rio de Janeiro da Primeira República e os imigrantes portugueses

Podemos afirmar que a imagem que se construiu do imigrante lusitano no imaginário nacional não foi das mais edificantes. Visto nos tempos coloniais como o explorador sem caráter, no Império o português era o atravessador sovina ou o especulador imobiliário dos cortiços cariocas. No início da República, ele vai transmudar-se no trabalhador bronco e despreparado que passa a engrossar as fileiras da enorme reserva de mão-de-obra que se apinhava nas ruelas estreitas do centro do Rio de Janeiro.

Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e botequim*, considera que a redefinição do conceito de trabalho no Rio de Janeiro do início da República teve “como ponto de referência fundamental o problema do enquadramento dos elementos egressos da ordem escravista, isto é, os libertos” (CHALHOUB, 1986, p. 28). Contudo, há de se considerar que esta redefinição atingiu não somente os libertos, mas todos os trabalhadores pobres da cidade. E ali estavam também os imigrantes portugueses - e de outras nacionalidades - que sobreviviam duramente no mercado de trabalho carioca. Se a maior parte dos lusos que chegava ao porto da cidade estava obnubilada pelo sonho da *Fortuna*, certamente não era ela que o grosso deles encontrava:

Quantos conseguiam realizar o seu sonho? Em 1000 emigrantes, 10 enriqueciam, 100 eram remediados, os restantes sobreviviam, segundo uma estimativa do Rio de Janeiro, a principal zona de fixação dos emigrantes portugueses. (PEREIRA, 1981, p. 34)

O que significava, então, esta simples sobrevivência de praticamente 90% dos imigrantes portugueses que escolheram o Rio como porto de seus sonhos? O comércio era visto, em Portugal, como a grande chance de enriquecimento para os que emigravam (MENEZES, 2000, p. 166), e a zona urbana - e não a rural - é que parecia ter a capacidade de fazer frutificar os sonhos de *Fortuna* (RIBEIRO, 1990, p. 16). Não causa espanto, portanto, o fato de que a grande maioria dos que chegavam ao Cais Pharoux fosse trabalhar como caixeiro num dos inúmeros armazéns espalhados pela Cidade Velha ou, quando isso não era possível, sobreviver do pequeno comércio ambulante nas ruas, vendendo desde vassouras até aves vivas, ou mesmo trabalhando como estivador na zona portuária.

Um elemento marcante nas relações de trabalho que se estabeleciam entre os imigrantes portugueses era a de paternalismo. Não era incomum que os portugueses recém-chegados à cidade se colocassem sob os cuidados de outros patrícios, chegados há mais tempo e já estabelecidos no mercado de trabalho local como proprietários de armazéns de secos e molhados, padarias ou outros tipos semelhantes de empreendimentos comerciais. Na

verdade, segundo Gladys Sabina Ribeiro, “passavam a habitar debaixo do mesmo teto do patrão e a comer sua comida” (RIBEIRO, 1990, p. 21).

Outro fato a destacar-se, no que diz respeito ao trabalho dos imigrantes no Brasil da Primeira República, é que sua chegada ao país representava a tentativa estatal de dar um novo significado ao trabalho, retirando-lhe o sentido degradante e violento da escravidão e associando-o ao caráter edificante e positivo do enriquecimento moral e material. Essa postura vale não somente para a imigração portuguesa, mas também para a de italianos, alemães, japoneses, sírio-libaneses e tantas outras etnias que desde então se fixaram no Brasil.

Além do comércio, o setor produtivo que oferecia numerosos postos de trabalho no Rio de Janeiro era o de serviços. E essa também foi uma área ocupada grandemente por imigrantes portugueses. Empregavam-se como ferreiros, cocheiros, pedreiros, leiteiros, pescadores, padeiros, cozinheiros, motoristas, carvoeiros, jardineiros, sapateiros e em diversas outras atividades, que faziam ferver as ruas da cidade, num vaivém frenético que praticamente não tinha hora para acabar (RIBEIRO, 1990; MENEZES, 2000; NOGUEIRA, 2000; LOBO, 2001).

A disposição para o trabalho foi uma das características associadas, desde cedo, ao trabalho do imigrante português na cidade. O objetivo maior era acumular uma significativa poupança, para retornar à *terrinha*, e por isso a maior parte dos lusos se sujeitava a condições de trabalho impensáveis em nossos dias, bem descritas então pelo jornalista Luiz Edmundo:

Porque sofra, na terra mirrada e pobre onde nasceu, frio, descrença e fome, (...) trepa para um navio, saco às costas e, confiante e tranqüilo, deixa que ele o conduza e o encaminhe até nós.

Na hora de embarcar ouviu isto:

- Para com teu patrão, meu rico filho, muita submissão e respeito, que outro não será o que há de te dar, na falta de teu pai, a mesa, o ensino e o futuro.

(...)

Chega à proa de um vapor, consignado a uma firma comercial qualquer (...). E como ele, chegam milhares.

(...)

Dorme o escravo branco, recém-chegado à terra, sobre uma tábua nua, pousada sobre dois caixotes.

(...) Cresce, engorda, assim mesmo. O pé já não entra na tamanca. Com a idade vai aprendendo a conhecer o mundo pela filosofia do patrão. (COSTA, 1957, v. 2, p. 358-362)

Dormir sobre caixotes, não ter dia de descanso remunerado, trabalhar por até 16 ou 17 horas, com pequenos intervalos para uma parca refeição: essa era a realidade da grande maioria dos que labutavam como caixeiros. Não difere muito de como viviam os escravos

nas senzalas, anos antes. Na verdade, era comum serem chamados de “escravos brancos”, como o fez Luiz Edmundo.

Em outras atividades, muitas vezes o quadro não era muito diverso. João do Rio, em várias de suas crônicas, tais como “Os trabalhadores de estiva” e “A fome negra”, denunciou a miséria em que vivia boa parte dos imigrantes portugueses (BARRETO, 1999). A incerteza da sobrevivência, o imediatismo do dia-a-dia, tudo isso justificava o aceite de condições tão duras de trabalho, mas talvez o que mais pesasse neste quadro fosse o medo do fracasso, o voltar à aldeia na *terrinha* de alforje roto e vazio. Por isso, quando apenas se sobrevivia, sem conseguir amealhar grandes economias, o melhor era continuar levando a vida nas ruas do Rio, conseguindo o pão de cada dia através de biscates ou de outro expediente que garantisse continuar *tocando o barco*. O problema é que muitas dessas atividades simplesmente viram seu espaço de existência desaparecer com o *bota-abaixo*. Torna-se significativa à alusão ao passado que deixou de existir nas ruas cariocas numa famosa charge de Raul Pederneiras:

A vida nas ruas do Rio antes da remodelação de Pereira Passos teve como um de seus símbolos o quiosque: módulo, geralmente de madeira, instalado nas ruas e praças, que inicialmente vendia loterias e jornais e que, com o tempo, passou a ser ponto de venda também de todo tipo de miudezas, inclusive alimentos e bebidas alcoólicas, e ao qual todo trabalhador recorria para tomar um trago ou saborear um petisco para enganar a fome. João do Rio mostra sua importância para o trabalhador pobre do início do século:

Às cinco da manhã ouvia-se um grito de máquina rasgando o ar. Já o cais, na claridade pálida da madrugada, regurgitava num vai-e-vem de carregadores, catraieiros, homens de bote e vagabundos maldormidos à beira dos quiosques. Abriam-se devagar os botequins ainda com os bicos de gás acesos; no interior os caixeiros, preguiçosos, erguiam os braços com bocejos largos. Das ruas que vazavam na calçada rebentada do cais, afluía gente, sem cessar, gente que surgia do nevoeiro, com a mão nos bolsos, tremendo, gente que se metia pelas bodegas e pára à beira do quiosque numa grande azáfama. (BARRETO, 1999, p. 256)

O comércio das ruas, os biscateiros e ambulantes, os carregadores, na verdade, fervilhavam em torno dos quiosques, o que para muitos intelectuais cariocas era motivo de verdadeira ojeriza:

Cada quiosque mostra, em torno, um tapete de terra úmida, um círculo de lama. Tudo aquilo é saliva. Antes do trago, o pé-rapado cospe. Depois, vira nas goelas o copázio e suspira um ah! que diz satisfação, gozo, conforto. Nova cusparada. E da grossa, da boa (...). (COSTA, 1938, v. 1, p. 118. Grifo do autor)

O mundo do trabalho dos imigrantes naqueles dias idos, contudo, não se restringia aos homens portugueses presentes na rua, no comércio ou na estiva, convivendo e vivendo em torno dos quiosques e dos tragos e cusparadas. Apesar de as mulheres terem representado

uma parte significativamente reduzida dos imigrantes portugueses chegados ao Brasil²⁰, elas também disputavam um lugar ao sol neste mundo. Iam trabalhar como criadas nas casas mais abastadas, como lavadeiras autônomas, como quituteiras, como parteiras, como vendedoras de miudezas. Podiam se lançar à labuta pelos mais variados motivos: sustentar os filhos pequenos ou os pais depois de uma viuvez precoce; ajudar a reforçar as finanças familiares, mesmo quando ainda solteiras ou já casadas²¹.

O trabalho visto como forma de possível enriquecimento pelo imigrante, todavia, estava associado eminentemente ao trabalho masculino. Quando a *Fortuna* chegava, ela vinha através do trabalho diuturno e da poupança feita nos tempos de caixeiro ou, em raras ocasiões, pelo controle do negócio deixado pelo patrão que retornara à *terrinha*. O meio de enriquecimento era sempre o do comércio estabelecido, nunca o da estiva ou dos biscates de rua. Na verdade, era mais fácil remeter as economias para a família que ficara em Portugal, onde o câmbio extremamente favorável e os salários mais baixos faziam pequenas economias se multiplicarem *miraculosamente*, do que efetivamente melhorar de vida no Brasil.

Eulália Maria Lahmeyer Lobo, citando o jornalista lusófono Antônio Torres, afirma que na cidade do Rio de Janeiro, em 1923, cerca de 85% das empresas comerciais pertenciam a portugueses, os quais Torres acusava de dar preferência “aos artigos importados da pátria” e ao “pessoal conterrâneo”, remetendo os lucros para a *terrinha* e para lá retornando quando já enriquecidos (LOBO, 2001, p. 35).

O que se pode afirmar é que a classe média e média alta que iria se constituir em meio à colônia luso-carioca especialmente a partir da década de 10 tinha raízes deitadas no balcão dos armazéns da Cidade Velha: era o comércio, a grosso e a varejo, de produtos comuns ou sofisticados, nacionais ou importados, que lhe daria estofos e *status*.

Anexos

Tabela I
Evolução da População Portuguesa na Cidade do Rio de Janeiro
(1890/1920)

Ano	População Brasileira	População Total da Cidade do Rio de Janeiro	Portugueses na Cidade do Rio de Janeiro	% dos Portugueses Sobre População do Rio de Janeiro	Estrangeiros na Cidade do Rio de Janeiro	% dos Portugueses Sobre Estrangeiros no Rio de Janeiro
1890	14.333.915 ^A	522.651 ^E	106.461 ^E	20,37 %	155.202 ^E	68,60 %
1906	17.438.434 ^A	811.443 ^B	133.393 ^B	16,44 %	210.515 ^B	63,36 %
1920	30.635.605 ^A	1.157.873 ^C	172.338 ^D	14,88 %	239.129 ^E	72,07 %

FONTES: A - IBGE (1996); B - Chalhoub (1986, p. 24-26);
C - IBGE (1995); D - Pereira (1981, p. 253); E - Lobo (2001, p. 46).

Tabela II
População Portuguesa no Brasil (1920)

ESTADO	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Distrito Federal *	117.604	54.734	172.338
São Paulo	101.915	65.283	167.198
Rio de Janeiro **	21.398	7.263	28.661
Minas Gerais	13.412	4.816	18.228
Pará	11.257	2.954	14.211
Rio Grande do Sul	7.249	2.075	9.324
Amazonas	5.726	1.889	7.615
Pernambuco	3.757	1.052	4.809
Bahia	2.602	743	3.345
Paraná	1.402	406	1.808
Espírito Santo	1.323	405	1.728
Mato Grosso	1.096	214	1.310
Território do Acre	544	87	631
Maranhão	544	81	625
Santa Catarina	413	93	506
Goias	227	77	304
Ceará	230	66	296
Alagoas	181	56	237
Paraíba	106	25	131
Sergipe	95	30	125
Rio Grande do Norte	64	17	81
Piauí	53	13	66
TOTAL	291.198	142.379	433.577

LEGENDA: * - Cidade do Rio de Janeiro; ** - Estado do Rio de Janeiro. FONTE: Pereira (1981, p. 253).

Tabela III
População Portuguesa no Brasil (1929)

ESTADO	TOTAL DE PORTUGUESES
Distrito Federal *	272.338
São Paulo	281.418
Rio de Janeiro **	31.527
Minas Gerais	20.050
Pará	15.631
Rio Grande do Sul	9.324
Amazonas	8.376
Pernambuco	5.289
Bahia	3.679
Paraná	1.998
Espírito Santo	1.900
Mato Grosso	1.572
Maranhão	687
Santa Catarina	556
Goias	334
Ceará	325
Alagoas	260
Paraíba	144
Sergipe	137
Rio Grande do Norte	89
Piauí	72
TOTAL	655.706

LEGENDA: * - Cidade do Rio de Janeiro; ** - Estado do Rio de Janeiro.

OBS.: os dados não incluem a população portuguesa residente no Território do Acre.

FONTE: Simões (1934, p. 34).

Tabela IV
Emigração Portuguesa: percentagem por sexo e idade
(1901/1921)

ANOS	Adultos	Crianças com 14 Anos ou Menos	Total Emigrados	% de Crianças sobre Total de Emigrados	Adultos de Sexo Masculino	% de Sexo Masculino sobre Total de Adultos	Adultos de Sexo Feminino	% de Sexo Feminino sobre Total de Adultos
1901/1905	128.400	26.214	154.614	16,95	94.396	73,52	34.004	26,48
1906/1910	197.809	34.805	232.614	14,96	152.827	77,26	44.982	22,74
1911/1915	271.225	57.837	329.062	17,58	185.614	68,44	85.611	31,56
1916/1920	153.634	22.330	175.964	12,69	101.946	66,36	51.688	33,64
1921	24.523	2.013	26.536	7,59	17.937	73,14	6.586	26,86
TOTAIS	775.591	143.199	918.790	15,58	552.720	71,26	222.871	28,74

FONTE: Lobo (2001, p. 140).

Notas

¹ Este texto constitui o segundo capítulo da Tese de Doutorado intitulada *Saudades d'além-mar: um estudo sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro através da revista 'Lusitania' (1929-1934)*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba em julho de 2003. A versão aqui apresentada sofreu pequeníssimas modificações em relação à original.

² Historiadora, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora Adjunta do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. E-Mail: <cms-oliveira@uol.com.br>. Sítio eletrônico: <http://cms-oliveira.sites.uol.com.br/>.

³ Ver *Anexos*, Tabelas I e II.

⁴ Período imediatamente posterior à instalação da República no Brasil (1889-1891) quando, como consequência da grande expansão do crédito para empresas industriais através da abertura de capitais e emissão de ações, surgiram numerosas sociedades anônimas e foi intensa a especulação com papéis no mercado financeiro, levando muitas destas indústrias à quebra. O termo "encilhamento" é uma alusão sarcástica ao turfe: trata-se do momento em que as montarias recebem as selas e se intensifica o número de apostas, imediatamente antes do início do páreo.

⁵ O termo, originariamente, refere-se aos naturais da região espanhola da Galiza, no norte do país. No Brasil da Primeira República, contudo, passou a ser usado para designar depreciativamente os imigrantes portugueses, associando-os ao atraso econômico daquela região rural e pobre da Espanha. Existiram muitos outros termos depreciativos que foram usados pelos brasileiros para "nomear" os portugueses em fins do século XIX e início do século XX: *abacaxi, bicudo, boaba* ou *boava, emboaba* ou *emboava, candango, caneludo, chumbinho, cotruco, cupé, cutruca, jaleco, japona, labrego, marabuto, marinheiro, maroto, marreta, mascate, matruco, mondrongo, novato, parrudo, pé-de-chumbo, portuga, puça, sapatão, talaveira*.

⁶ O Cais Pharoux era o antigo local de desembarque de passageiros na zona portuária do Rio de Janeiro. Funcionava próximo à área onde hoje está o terminal das barcas que fazem o transporte de passageiros entre o Rio e Niterói, na Praça XV, antigo Largo do Paço. Ver *Anexos*, Mapa I.

⁷ Era enorme a desproporção entre homens e mulheres na comunidade de imigrantes lusos no início da República. O grande número de homens solteiros é explicado por uma série de fatores, dentre eles a fuga do serviço militar

obrigatório em Portugal (o que fazia com que muitos emigrassem ainda rapazes, com menos de 14 anos de idade) e, também, a ideia corrente de que seria mais fácil fazer fortuna sozinho, trabalhando o máximo de horas possível e economizando até mesmo nos gastos com as necessidades básicas, a fim de amealhar um capital considerável e, depois, retornar a Portugal. Ver *Anexos*, Tabela IV.

⁸ O termo designava o empregado do comércio que trabalhava tanto atendendo os clientes ao balcão como, também, aquele que exercia outras atividades nos estabelecimentos comerciais, como entrega de mercadorias a domicílio, controle de estoque, limpeza da loja, etc. Na verdade, os caixeiros do comércio carioca da Primeira República eram genuínos "faz-tudo". Muitas vezes dormiam no estabelecimento comercial em que eram empregados, sobre o próprio balcão de serviço, podendo o horário de labuta estender-se por até 17 ou 18 horas ininterruptas, indo das 6 ou 7 da manhã até a meia-noite (MENEZES, 2000, p. 176).

⁹ Talvez se origine daí a prática brasileira, ainda extremamente comum, de se criar e repetir jocosa e galhardamente as infames "piadas de português". Segundo Lená Medeiros de Menezes:

"Os ex-colonizadores, responsabilizados pelo atraso, sofreram a discriminação e mesmo a perseguição em determinadas conjunturas. Seus hábitos tornaram-se alvos de desprezo e piadas, ironizados de formas variadas" (1996, p. 30).

¹⁰ O conceito de que os imigrantes portugueses do início do século passado eram mais "brancos" e "ignorantes" do que os brasileiros foi definitivamente derrubado por Eulália Lobo (2001, p. 141-142), ao constatar que as taxas de analfabetismo entre os brasileiros, no Rio de Janeiro do início do século passado, eram ligeiramente mais elevadas (49%) do que entre os lusos que também moravam na cidade (42%) em 1912. Apenas seis anos antes, em 1906, esses números eram quase idênticos (44,3% para os portugueses e 48,67% para os brasileiros).

¹¹ Acredito que tal associação se sedimentou mais profundamente no imaginário brasileiro após a publicação de romances como *O cortiço*, além de crônicas tratando do tema em jornais cariocas daquele período.

¹² Capote com pelerine e sem mangas.

¹³ Estrado de madeira onde dormem os soldados, nos quartéis e postos de guarda ou, por alusão, cama rude, dura, desconfortável.

¹⁴ Palidez.

¹⁵ Conjunto de paroquianos ou habitantes de uma área administrativa delimitada por uma paróquia eclesiástica. As freguesias citadas delimitam as áreas do Largo da Carioca e da Praça Tiradentes (Santo Antônio); Praça de República (Santana); Morro de São Bento (Santa Rita) e Morro do Senado (Glória). Ver Mapa I e Mapa II, *Anexas*.

¹⁶ O termo se refere a Georges Eugène Haussmann (1809-91), urbanista francês que extensivamente redesenhou Paris sob o reinado de Napoleão III (1852-70). Seus projetos incluíram a construção de novos e mais largos bulevares, a instalação da estação ferroviária fora da área central da cidade, e novos parques - em particular, o Bois de Boulogne. Grandes setores da Paris medieval foram varridos do mapa por sua reconstrução da cidade. As formas dominantes nos projetos de Haussmann eram as de largos e longos bulevares, pontuados por praças circulares, propiciando vistas soberbas dos principais monumentos parisienses, tais como a Ópera e o Arco do Triunfo. Suas inovações tiveram uma forte influência em muitos dos projetos de reurbanização do início do século XX efetivados na Europa, na América Latina (especialmente Brasil e Argentina), e em muitas colônias francesas então espalhadas pelo mundo.

¹⁷ É possível considerar-se a urbanização de perfil haussmanniano do Rio de Janeiro no início do século XX, como um modelo alternativo de

panóptico: ao invés de observar e controlar uma silhueta cativa numa jaula (FOUCAULT, 1977, p. 177), o poder público carioca passou a observar e controlar os espaços externos, a rua, a vida pública. A modernidade impôs novos padrões de consumo e comportamento que expulsaram para a periferia aqueles que não se ajustavam ao que então passou a ser considerado aceitável no novo traçado urbano da área central da cidade. Os que antes podiam ali circular livremente, como estivadores, carregadores, biscateiros e ambulantes em geral, passaram a ter locais e horários restritos de circulação. Ao ir morar na periferia, longe do local de trabalho, as camadas mais pobres da população se viram impedidas de permanecer nas ruas do centro até altas horas e de praticar a boêmia, restringindo drasticamente suas opções de lazer.

¹⁸ Depois da inauguração do Teatro Municipal, em 14 de julho de 1909.

¹⁹ Tipo comum nas charges dos periódicos cariocas da Primeira República, representava genericamente a população de baixa renda da cidade.

²⁰ Ver Tabelas II e IV, *Anexas*.

²¹ Sobre o trabalho feminino no Rio de Janeiro do final do século XIX e início do século XX, ver GRAHAM (1992).

Bibliografia

- BARRETO, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho (João do Rio). *A alma encantadora das ruas*. Organização e notas de Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999 [1987].
- CHALHOUB, Sydney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COSTA, Luiz Edmundo. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 3 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- _____. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 2 vols. 2. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.
- DIAS, Vanessa Tavares. O ideário imigrantista e a literatura de ficção: a imagem do imigrante português no Brasil. In: III Jornada de Pesquisadores em Ciências Humanas da UFRJ. *Anais*. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1996. Disponível em: <http://www.cfch.ufrj.br/jor_pesq/Imigra/dias.html>. Acesso em: 3 jan. 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860/1910)*. Tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário estatístico do Brasil*. Brasília: IBGE, 1995.
- _____. *Anuário estatístico do Brasil*. Brasília: IBGE, 1996.
- LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 177-200.
- LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.) & SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil - volume 3: República - da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131-214.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

_____. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, histórias de fracassos. In: GOMES, Angela de Castro. (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 164-182.

NOGUEIRA, Ana Maria de Moura. No ritmo da banda: histórias da comunidade lusa da Ponta D'Areia. In: GOMES, Angela de Castro. (org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 183-206.

PEREIRA, Mirian Halpern. *Política portuguesa de emigração (1850 a 1930)*. Lisboa/ Porto: A Regra do Jogo, 1981.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990 (Col. "Tudo é História", vol. 129).

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa: notas para um estudo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.